

O LUGAR DA ANTROPOLOGIA É AQUI, NA MAIOR FAVELA FLUVIAL DO MUNDO, EM MEIO AOS SUBALTERNOS

Eronilson Mendes de Sousa¹
Maria Antônia de Assunção Kobayashi²
Cristiano Matias Aranha da Silva³
Tanira do Socorro Costa Barbosa⁴
Jaqueline Nascimento da Silva⁵

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o lugar da Antropologia diante das circunstâncias históricas do Ensino de Ciências Sociais no currículo do Ensino Médio brasileiro. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica, análise documental e descrição de práticas interdisciplinares realizadas por meio da eletiva Estudos Socioculturais, em colaboração com professores da área de Ciências Humanas e estudantes das 1ª e 2ª séries do Ensino Médio de uma escola pública de Laranjal do Jari/AP. A investigação utilizou como base teórica textos da disciplina Teoria das Ciências Sociais II e outros encontrados em bases acadêmicas. A pesquisa foi guiada pela pergunta: qual o lugar da Antropologia no contexto histórico do Ensino de Ciências Sociais no Brasil? Constatou-se que a presença dessas ciências no currículo tem sido marcada por mudanças legislativas, como a Lei nº 11.684/2008, que tornou obrigatório o ensino de Sociologia, e a Lei nº 13.415/2017, que reformou o Ensino Médio, além da nova BNCC de 2019. Conclui-se que a Antropologia encontra seu espaço no novo Ensino Médio, especialmente no Itinerário Formativo de Ciências Humanas, por meio da eletiva Estudos Socioculturais, inserida entre os subalternos da maior favela do mundo.

Palavras-chave: Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia, Trajetória, Permanência.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta reflexões sobre o papel da Antropologia no contexto histórico das Ciências Sociais no currículo do ensino médio brasileiro. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores como Cuhe (1999), que aborda a noção de cultura como base das Ciências Sociais, e Geertz (1973), que enfatiza a interpretação cultural como mecanismo essencial para a compreensão das sociedades

¹ Mestrando do Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, ero.sousa@yahoo.com.br;

² Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Estudos de Cultura e Política – PPCULT da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, antoniakobayashi2@gmail.com;

³ Mestrando do Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, gerabyte2011@hotmail.com;

⁴ Mestranda pelo Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, tanirac2019@gmail.com;

⁵ Especialista pelo Centro Universitário FAVENI-PA, jackienascimentoasilva@gmail



humanas. Também foram analisadas contribuições de Oliveira (2013), que critica a marginalização da Antropologia nos livros didáticos, e Simões e Giumbelli (2010), que destacam a importância desse campo para a formação de visões de mundo autônomas, livres de estereótipos. Essa abordagem teórica permitiu compreender como a inserção e a permanência da Antropologia no ensino médio refletem a luta por um currículo mais inclusivo, alinhado às demandas socioculturais e históricas da sociedade brasileira.

A partir desse referencial bibliográfico, foi possível identificar eventos marcantes e decisivos no processo de inserção, permanência e, em alguns casos, ausência das Ciências Sociais no ensino médio. Um dos momentos cruciais nesse percurso foi a promulgação da Lei nº 11.684/2008, que reinstaurou a obrigatoriedade do ensino de Sociologia nos currículos, destacando a importância de discutir o papel da Antropologia no ensino dessa disciplina.

Entretanto, a Reforma do Ensino Médio, sancionada pela Lei nº 13.415/2017, introduziu os Itinerários Formativos e, com isso, limitou o acesso dos estudantes a conteúdos essenciais para sua formação integral. Dentre os mais afetados estão os componentes curriculares das Ciências Sociais. A exclusão da Sociologia do último ano do ensino médio compromete o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a sociedade, as relações sociais, as estruturas simbólicas da cultura e os processos formativos humanos.

A metodologia utilizada foi qualitativa, com revisão de literatura, aplicação de questionários, entrevistas e observação participante. Para investigar os fenômenos sociais no contexto educacional da Escola Estadual Prof.^a Sônia Henriques Barretos, foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo, com destaque para estudos sobre migração, cultura nordestina, diversidade religiosa e violência homofóbica. Esses estudos se basearam em referenciais teóricos de autores como Antônio Candido (1998), Denys Cuhe (1999) e Clifford Geertz (1973), possibilitando uma análise aprofundada das práticas culturais, sociais e religiosas da comunidade local.

Com relação à diversidade religiosa, foram conduzidas entrevistas com líderes locais e membros da comunidade, enquanto o estudo sobre violência homofóbica envolveu análise documental, relatos de alunos e observações do ambiente escolar. Essas abordagens permitiram compreender os desafios enfrentados e propor estratégias para uma escola mais inclusiva e comprometida com a cultura da paz, integrando a Antropologia ao currículo por meio da Eletiva de Estudos Socioculturais, potencializando sua relevância no ensino médio.



O artigo está organizado em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, analisa-se a trajetória das Ciências Sociais, evidenciando avanços e retrocessos históricos. Também é feita uma abordagem socio antropológica sobre o conceito de cultura, sua evolução ao longo do tempo, e adota-se uma perspectiva interpretativista para investigar essas questões.

Na segunda parte, descreve-se a prática docente do professor de Sociologia da Escola Sônia Henriques Barretos, em Laranjal do Jari/AP, com ênfase no papel da Antropologia nessas experiências educacionais. A compreensão desse cenário foi possível por meio da análise da Reforma do Ensino Médio no Estado do Amapá, com base nas normativas e discussões promovidas pela Secretaria Estadual de Educação. Por fim, são descritas de forma concisa as pesquisas interdisciplinares desenvolvidas na eletiva "Estudos Socioculturais", no âmbito das Ciências Humanas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi qualitativa, com revisão de literatura, aplicação de questionários, entrevistas e observação. Conforme se percebeu com as leituras das pesquisas realizadas durante nosso levantamento bibliográfico, a diversidade se faz presente na sociedade historicamente, e a diversidade religiosa especificamente precisa ser compreendida como um direito da humanidade para romper com os preconceitos e estabelecer o respeito mútuo entre as diversas formas e expressões religiosas presentes nas relações sociais.

Destaca-se a investigação científica: A prática da Violência homofóbica entre os alunos de uma Escola Pública, com o objetivo de estudar a violência homofóbica, suas causas e consequências na vida dos atores envolvidos, na escola Sônia Henriques Barretos- Laranjal Do Jari/Ap. Porque esses problemas afetam o contexto escolar em diversos aspectos, tais como: as relações interpessoais em salas de aula, nas famílias e no seio social, que prejudica o processo de ensino e aprendizagem, socialização, acesso a cultura e formação do cidadão (a).

Pois precisamos de uma escola comprometida com a cultura da paz, que enfrente os desafios de nossa época, trabalhando as questões que atravessam a sociedade contemporânea. Nessa perspectiva o nosso cenário escolar precisa ser analisado levando em consideração os indicativos de problemas e a necessidade de transformação educacional. Haja vista, que os instrumentos que vem sendo utilizados como regulação



social e repressão em forma de punição escolar sem uma conscientização e orientação adequadas se mostraram pouco efetivos e inconsistentes pedagogicamente.

Para o desenvolvimento deste projeto, inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica para entender teorias que abordassem sobre a temática em questão. A bibliografia estudada serviu de instrumento para que entendêssemos os motivos que levam aos casos de violência homofóbica e as consequências para as vítimas. A Metodologia de pesquisa foi através de pesquisa participante onde os pesquisadores observaram cotidianamente o ambiente escolar, através de pesquisa nos livros de registro da escola, relatórios e entrevista com os alunos vítimas e agressores da violência homofóbica.

Dado o exposto, entende-se que o fenômeno da violência é amplo, histórico, cultural, complexo e envolve várias dimensões, dentre elas, a violência homofóbica, praticada contra pessoas que não se enquadram no modelo social padrão de sexualidade, a heterossexualidade. Desta forma, qualquer ser humano que não se enquadra no “jeito” aceitável de ser “homem” e “mulher”, tende a sofrer a violência homofóbica.

Com estas práticas pedagógicas interdisciplinares e interseccionais, declara-se que o lugar da Antropologia é na escola, especificamente na Escola Sônia Henriques Barretos, no Município de Laranjal do Jari/AP. Contudo, essa trajetória não foi imediata. No início de minha prática docente como professor de Sociologia, os conhecimentos antropológicos frequentemente ficavam à margem, limitados a menções esporádicas nos conteúdos curriculares ou em atividades isoladas. Essa marginalização refletia tanto as restrições impostas pelos livros didáticos quanto a ausência de uma abordagem integrada às realidades locais. Foi somente por meio de um processo contínuo de reflexão e aprendizado, aliado ao diálogo com a comunidade escolar, que percebi a importância de trazer a Antropologia para o centro das discussões, destacando sua relevância para a compreensão das dinâmicas culturais e sociais do contexto local. Este percurso consolidou-se na prática docente por meio da Eletiva de Estudos Socioculturais, que deu visibilidade ao papel transformador da Antropologia no ensino médio. Inserindo-a no currículo do ensino médio por meio dos espaços deixados pela Reforma atual desta modalidade de ensino.

AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS BRASILEIRAS



De acordo com Moraes (2003) o percurso da inserção das Ciências Sociais nos currículos da educação básica percorre a seguinte trajetória: no primeiro momento, situado entre 1925 e 1942, quando há um crescimento da demanda pelas Ciências Sociais, chegando a ser exigência prévia em alguns exames de acesso ao ensino superior; o segundo, compreendido entre 1942 e 1971, após a reforma Capanema, onde essas disciplinas passam a ter um caráter optativo dentro dos currículos, fato que restringe sua presença nas composições curriculares, reforçada com a 1ª LDB de 19615; o momento seguinte corresponde à vigência da Lei 5692 de 19716, que consolida esse afastamento e limita as Ciências Sociais quase que exclusivamente ao meio acadêmico; por fim, o quarto momento, que data da segunda metade da década de 1980 aos nossos dias, caracterizado pela luta para reinserir as Ciências Sociais, de modo obrigatório e distinto, nos currículos de ensino médio. Essa luta culmina com a Lei 11.684 de 2008 que torna obrigatória a presença da Sociologia e da Filosofia nos currículos de ensino médio.

Neste contexto, Simões e Giumbelli (2010, p.195) ressaltam a importância do papel dos conteúdos da Antropologia na educação básica para que os estudantes possam construir visões de mundo autônomas que fujam dos estereótipos e limites que lhes são dados pela indústria cultural e pelos modelos dominantes de interpretação da realidade, por si só demonstram a pertinência do ensino de Antropologia nesse segmento. Outros temas como racismo, juventude, identidade social ou tribos urbanas dependem essencialmente do arcabouço teórico-metodológico da Antropologia para que se convertam em probabilidade de emancipação intelectual do corpo discente.

Nesta perspectiva, segundo Oliveira (2013, p.10-11) o espaço que a Antropologia possui no Ensino Médio dar-se-á por meio da discussão da Cultura. Fornecendo elementos teóricos- metodológicos para se pensar as sociedades complexas, a partir de noções de experiências culturais, redes de relações, papéis sociais, que informam os processos de constituição das identidades sociais, num constante fluxo, na maioria das vezes etnocêntrico.

No mesmo tempo e espaço da cultura da escola, outras tantas cores podem ser vistas e apreciadas: processos mais particulares e contingentes das diversas culturas presentes no cotidiano da escola, nas interações e nas redes de sociabilidades que ali são trançadas. E que, multicoloridas, carregam tons e variações de outros tempos, lugares ou de bricolagem desses outros tempos e lugares, oferecendo outras tessituras que traduzem as experiências dos diferentes sujeitos e participantes das dinâmicas educacionais na escola (TOSTA; ROCHA, 2008, P.131 APUD OLIVEIRA, 2013, P.11).



Assim sendo, Oliveira (2013) ao analisar os livros didáticos das Ciências Sociais aprovados pelo PNLD compreende que o lugar da Antropologia em ambos os livros analisados é marginalizado. Conforme se observa a seguir:

(...) Mostra-se especialmente problemática a dificuldade de trazer os avanços da discussão no campo mais recente da Antropologia, mesmo análises já consagradas como a de Geertz (1989) ganham pouca relevância, e outras como as de Wagner (2009), ou mesmo de autores brasileiros como Cunha (2009) e Viveiro de Castro (2002) são invisibilidades no debate (OLIVEIRA, 2013, p.18).

Atualmente, a permanência e importância das Ciências Sociais no currículo do Ensino Médio está ameaçado novamente. Conforme aponta Bodart e Feijó (2020, p.223-224) a Reforma do Ensino Médio, expressa pela Lei nº. 13.415/2017 fragilizou a permanência da Sociologia no Ensino Médio, assim como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incluiu este componente curricular na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sem, contudo, apresentar com detalhes como se deve figurar nos currículos estaduais de ensino médio. Logo, a permanência e a forma da Sociologia no Ensino médio dar-se-á junto às Secretarias Estaduais de Educação conforme a Base Nacional Comum Curricular.

(...) A questão agora é pensar a carga horária da disciplina e como ela pode auxiliar para promover as competências exigidas pela BNCC, inclusive para os Itinerários Formativos. A reforma está posta, não será fácil revertê-la a curto e médio prazo. Precisamos, portanto, compreender em que medida as Ciências Sociais inserem-se nesse novo cenário, buscando colaborar para que os aspectos negativos dessa nova política educacional sejam mitigados (BODART, FEIJÓ, 2020, P.226).

Para tanto, perseguindo os estudos já mencionados acima por Oliveira (2013) que compreende o espaço da Antropologia no currículo do Ensino Médio reduzido ao campo da cultura. Nas sessões que seguem aborda-se uma noção a respeito do conceito de cultura e etnocentrismo como elementos teóricos metodológicos para se pensar e viabilizar metodologias no campo da Antropologia nas aulas de Sociologia.

UMA ABORDAGEM CULTURAL SÓCIO ANTROPOLÓGICA

A Cultura busca entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro. Assim, cada povo possui uma cultura, como também recebe influências de outras culturas. Através da transmissão das gerações adultas sobre as gerações futuras, que transmitem o patrimônio cultural que recebeu de seus antepassados.



Portanto, segundo CUCHE (1999), o termo Cultura surgiu primeiramente na França durante o século XVIII (Vindo do Latim, derivado do termo “colo”, que significa cultivar ou morar na terra.). E mais tarde, por extensão; cultura passa a significar o cuidado dispensado ao campo e ao gado; aparecendo nos fins do século XVII para designar uma parcela da terra cultivada e depois em sentido figurado de “espírito culto” por influência do espírito Iluminista sempre associado à racionalização e a civilização progressiva do homem na época.

De acordo com Cuche (1999) no século XIX, sob a Influência da cultura Alemã, dar outro sentido para o termo cultura, diferente do sentido adotado pelos intelectuais franceses. A noção de cultura alemã passa a designar e delimitar as diferenças racionais e manifestação própria do povo Alemão, contrariando o entendimento expresso no Idioma Francês de afinamento nos costumes e libertação do homem da irracionalidade.

Para tanto, o conceito de cultura utilizado atualmente, foi definido pela primeira vez por Edward Taylor em 1871, que sintetizou os termos “kultur e civilization”, formulando seu significado: “Cultura é todo comportamento que inclui conhecimento, crenças, artes, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Após sua formulação, foram criadas centenas de formulações que implicaram mais em uma confusão do que em uma aplicação do conceito (CUCHE, 1999).

De acordo com autor supracitado para Alfred Kroeber (1876-1960), Antropólogo, americano, afirma que: “Cultura vai além da herança genética, determina o comportamento do homem e justifica suas realizações”. Já Claude Lévi-Strauss (1908), Antropólogo Francês, define Cultura como: “Um sistema Simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana”.

Cuche (1999) aponta a perspectiva de Roque De Barros Laraia (1986), Antropólogo Brasileiro escreveu o conceito de Cultura em sua obra: “Cultura: Um conceito Antropológico”. Segundo ele, “Cultura são sistemas de padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas em seus embasamentos biológicos”.

Neste contexto, entende-se, que a obra de Cuche (1999): “A noção de Cultura nas Ciências Sociais”, nos fornece a resposta mais satisfatória sobre a questão cultural, na medida em que a resposta “racial” está cada vez mais desacreditada conforme cresce o avanço genético da população humana, pois a noção de cultura é própria das Ciências Sociais, pois levam em consideração os indivíduos particulares dentro da Diversidade



Social, além dos termos Biológicos. Ofere-nos uma resposta satisfatória para as questões das diferenças entre os povos, colocando o homem como um ser essencialmente cultural.

Portanto, a Cultura permitiu ao homem, se adaptar ao meio e ao próprio homem, para satisfazer suas necessidades. Desta forma, a Cultura tem, sobretudo, a capacidade de transformar até mesmo a natureza. Logo, a Cultura é o instrumento mais adequado para explicar o comportamento humano e seus respectivos aspectos. Pois, tudo é inerente a cultura, nada é natural, até mesmo as necessidades fisiológicas, como a fome, o sono, o desejo sexual, são derivados da cultura. Conforme nos aponta Cuche (1999): “A Cultura permite ao homem não somente adaptar-se ao meio, mas também adaptar esse meio ao próprio homem, às suas necessidades e projetos. Em suma, a cultura torna possível a transformação da natureza”.

Isto posto, ressalta-se, que a educação é peça fundamental dentro da Cultura. Pois é ela que transmite os processos culturais de geração a geração. “As diferenças culturais entre os grupos são então explicáveis em grande parte, por sistemas de educação diferentes, que incluem os métodos de criação dos bebês (aleitamento, cuidado do corpo, modo de dormir, desmame, etc.), muito variado de um grupo a outro”. (Cuche, 1999, p.91). Assim, deve-se destacar também a linguagem, pois ela possui uma relação íntima com a cultura, e por ser um canal de transmissão, também é influenciada pela cultura.

Todavia, no processo de transmissão dos processos culturais, as escolas, através dos livros didáticos reproduzem o etnocentrismo. A visão de mundo onde nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência (ROCHA, 1988, P.5).

Assim, a colocação central sobre o etnocentrismo pode ser expressa como a procura de sabermos os mecanismos, as formas, os caminhos e razões, enfim, pelos quais tantas e tão profundas distorções se perpetuam nas emoções, pensamentos, imagens e representações que fazemos da vida daqueles que são diferentes de nós. Este problema não é exclusivo de uma determinada época nem de uma única sociedade: talvez o etnocentrismo seja, dentre os fatos humanos, um daqueles de mais unanimidade (ROCHA, 1988, P.5).

Nesta perspectiva, Rocha (1988, p.8) ressalta que os livros didáticos carregam um valor de autoridade, ocupam um lugar de supostos donos da verdade. Sua informação obtém este valor de verdade pelo simples fato de que quem sabe seu conteúdo passa nas provas. Logo, os estudantes são testados, em face do seu conteúdo, o que faz com que as informações neles contidas acabem se fixando no fundo da memória de todos nós.



UMA NOÇÃO INTERPRETATIVISTA DE CULTURA

Dentre as principais teorias do século XIX, se destaca Geertz (1973), que faz parte dos autores da teoria interpretativista de cultura. Pois para ele, a cultura é complexa, não é apenas histórica, são interpretações Sociais e Culturais, onde os cientistas só podem interpretar e nada mais.

Logo, ao compreender as relações sócias culturais, propõe a cultura como um mecanismo de controle de comportamento dos indivíduos. Para tanto, cultura é um conjunto de regras e normas que às vezes nem são concretas, mas cumprimos inconscientemente. A partir do momento que o pensamento de cada indivíduo se torna social e público, considerando que, quando o indivíduo nasce já existe uma cultura pronta, e ele é apenas inserido nela, e quando ele morre, a cultura do grupo continua existindo, ou seja, é exterior a ele, e é essencial para a existência humana. “A Cultura (está localizada) na mente e no coração dos homens” (Geertz, 1973, p.21).

Então, para se entender a Cultura é necessário observar o comportamento das pessoas dentro das relações sociais, pois é aí que as formas de relações culturais se articulam. A interpretação deve construir uma leitura do que acontece no âmbito das relações interpessoais. Tendo a convicção de que essas interpretações não podem ser dogmáticas ou imutáveis, pois a Antropologia não é perfeita e nem a consenso. Logo, a ideia é analisar as formas simbólicas dentro dos acontecimentos sociais, em ocasiões concretas, e formar conexões teóricas e interpretativas- descritivas.

UMA EXPERIÊNCIA TRANSFORMADORA EM MEIO A PALAFITAS FLUVIAIS

Em meio a condições subalternas de um povo dividido entre enchentes e incêndios, marginalidade e a reputação de ser um dos maiores prostíbulos do mundo, devido à proximidade com regiões de garimpo, mergulhei na realidade social local. Junto a um grupo de alunos do 1º e 2º ano do Ensino Médio e professores da área de Ciências Humanas, iniciamos um esforço coletivo para ampliar as possibilidades de expressão e escuta dos subalternos. Estes são considerados por Spivak (2010) como “[...] as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.



Aliado a essas experiências, trago minha militância em feiras científicas, congressos, simpósios nacionais e internacionais, além de outros encontros acadêmicos. Sempre trabalhei com iniciação científica, levando alunos do Ensino Fundamental e Médio para diversas feiras regionais e nacionais. Através dessas atividades, conquistamos bolsas científicas para os alunos, publicamos trabalhos acadêmicos e vivenciamos momentos transformadores no mundo da ciência. Essas experiências ofereceram aos estudantes um ensino alinhado à pesquisa, uma prática pouco comum nas escolas municipais e estaduais da região.

Neste contexto, ecoam as palavras de Djamila Ribeiro (2017), que reforçam a importância do "lugar de fala". Minha atuação junto a alunos que buscam, por meio da educação, novas oportunidades e o sonho de uma carreira promissora reflete esse compromisso. Ao unir minha formação acadêmica, experiência educacional e interação constante com alunos do ensino médio e professores de Ciências Humanas da Escola Estadual Prof.^a Sônia Henriques Barretos, apresento esta relevante contribuição à educação amapaense, através de pesquisas e publicações científicas.

Nessas circunstâncias, é importante situar o contexto das práticas pedagógicas que serão descritas de forma sucinta mais adiante. Vale ressaltar que o município de Laranjal do Jari enfrenta um desmonte social na área da educação, agravado pelo descaso do poder público. Há uma carência de investimentos na formação continuada de professores, falta de funcionários suficientes para atender a demanda escolar, além de deficiências em materiais didáticos, infraestrutura, merenda escolar e equipamentos básicos como cadeiras.

Historicamente, a principal atividade econômica de Laranjal do Jari foi a prestação de serviços, fornecendo mão de obra para o Polo Industrial da Amazônia S.A-CADAM, Jari Celulose, Orsa Florestal, Marquesa, entre outras empresas que operavam nos distritos de Munguba e Monte Dourado, no Pará. No entanto, a decadência da fábrica Jari Celulose trouxe um alto índice de desemprego para a região.

Atualmente, muitos habitantes estão deixando o município. Alguns buscam emprego no comércio local, enquanto outros se submetem a contratos administrativos da Prefeitura Municipal, frequentemente marcados pela prática da “velha política do apadrinhamento”. No setor informal, a presença de vendedores ambulantes – conhecidos localmente como "marreteiros" – é marcante, com a venda de frutas, farinha de mandioca, peixes, galinhas e outros produtos nas ruas próximas à escola investigada. A economia de Laranjal do Jari é sustentada pela extração de minério, madeira, castanha-do-brasil e pela



agricultura, que, se adequadamente explorada, poderia trazer grandes benefícios para a região.

A comunidade escolar é majoritariamente composta por pessoas de baixa renda, com uma diversidade identitária marcante. A maior parte dos alunos pertence a grupos racializados, sendo negros, pardos, indígenas e pretos, refletindo a pluralidade étnico-cultural da região. A renda dos pais e dos próprios alunos adultos advém de trabalhos em empresas de silvicultura, que prestam serviços à indústria de celulose, além de uma parcela significativa formada por trabalhadores autônomos. Em razão dessas condições, muitas famílias são desestruturadas, com muitos alunos vivendo com os avós, já que os pais, quando não conseguem emprego na cidade, migram para outras regiões ou garimpos em busca de trabalho. Esses fatores, combinados à vulnerabilidade socioeconômica e à exclusão histórica vivida por esses grupos, são fundamentais para a análise da violência escolar e sua relação com as condições sociais e culturais dos alunos e suas famílias.

A ANTROPOLOGIA TEM LUGAR, NO CURRÍCULO AMAPAENSE?

Percorrendo os caminhos trilhados pela educação no Brasil, até chegar na reforma do ensino médio, constata-se que separar o currículo por áreas de conhecimento, competências e habilidades, é um projeto que vem desde a década de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (SANTOS, 2021, p. 44-5).

Às profundas mudanças e incertezas geradas pela Reforma do Ensino Médio, que colocou em risco a diversidade curricular e a presença de disciplinas como Sociologia e Filosofia no ensino básico. Essas mudanças refletem uma tensão entre diferentes visões sobre o papel da educação, onde, de um lado, privilegia-se uma formação técnica e instrumental, e, de outro, busca-se manter uma abordagem mais crítica e humanista. Nesse contexto, a crise se materializa, entre outras formas, nas políticas curriculares da educação básica, em que alguns grupos políticos tensionam o Legislativo e o Executivo federais para validar a criação de um currículo único. Essa uniformização visa principalmente atender ao processo de avaliação das escolas, utilizando ferramentas como a elaboração da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC). Essas tensões acabam por se expressar e influenciar diretamente no processo de elaboração do documento, buscando sua aplicação alinhada à lógica de competências e habilidades (SANTOS, 2021; SILVA, 2022).



A partir destas normativas, o currículo do ensino médio se apresenta como: base comum divididos por áreas dos conhecimentos e os itinerários formativos. As únicas disciplinas que permanecem obrigatórias são português e matemática. Retirando a obrigatoriedade de sociologia e filosofia dos currículos, presentes desde 2008, por meio de muita luta para mantê-las no ensino médio. Poderíamos dividir essa trajetória em dois momentos: o primeiro é a luta pela implantação obrigatória e o segundo é a luta pela qualificação e manutenção do ensino, que engloba o momento atual. (FERREIRA, SANTANA, 2018).

Estruturalmente, os itinerários formativos, o currículo encontra muitas contradições, que já estão presentes na própria BNCC do fundamental e do ensino médio. Uma destas contradições é a falta de diálogo entre ambas, ignorando a ideia de que a educação básica deve ser uma coisa comum que deve dialogar e que deve apresentar uma certa evolução entre os níveis nos quais se divide a educação. (SANTOS, 2021).

Neste contexto, o caráter da sociologia se configura como “saberes e práticas”, é possível perguntar: qual é o lugar da sociologia no ensino médio diante das reformas que estão sendo implementadas? Este cenário de preocupação surge ao menos por três aspectos: (1) o reconhecimento da importância da formação da potencialidade da juventude; (2) os possíveis impactos na licenciatura e (3) o possível impacto na vida das docentes. (SANTOS, 2021).

De acordo com Drago e Moura (2022, p.363) para cumprir o estabelecido na agenda imposta pelo governo federal, desde o final de 2016, o estado do Amapá começou a se preparar para a instituição do NEM. Ainda que a Lei nº 13.415 só tenha sido aprovada em fevereiro de 2017, o direcionamento da reforma já havia sido iniciado com a publicação da Medida Provisória nº 746/2016. Pode-se afirmar que a publicação da MP marca o início do processo de implantação da reforma, pois, mesmo que os trâmites para sua efetiva aprovação ainda estivessem em curso, o MEC e as secretarias de educação dos estados já iniciavam os primeiros movimentos de organização desse processo.

Conforme os autores supracitados o passo inicial do governo do estado foi a criação do Programa de Educação em Tempo Integral nas Escolas de Ensino Médio da Rede Pública Estadual, por meio do Decreto nº 4.446, de 19 de dezembro de 2016. Um de seus primeiros movimentos foi a realização de um seminário para debater as políticas de educação do estado relativas às mudanças a serem realizadas pela implantação da reforma do ensino médio e das Escolas de Tempo Integral.



De acordo com Drago e Moura (2022, p.367) O resultado das discussões realizadas em encontros virtuais no período pandêmico foi a elaboração do Referencial Curricular Amapaense do Ensino Médio – RCA. O documento de 510 páginas reuniu as contribuições de gestores/as, docentes e equipes pedagógicas das escolas participantes dos ciclos formativos e foi sistematizado pela equipe técnica da própria SEED, com representação de docentes de algumas escolas da rede. Uma vez finalizada a sistematização, o documento foi enviado para a apreciação do Conselho Estadual de Educação em outubro de 2020, sendo aprovado em abril de 2021.

“O Referencial ele vem com sugestões de Eletivas, vem com sugestões de abordagens dentro do Projeto de Vida e vem com sugestões de Trilhas de Aprofundamento, porque os redatores que fizeram o Referencial Curricular são todos professores da Rede, então ficou mais fácil compreender assim o formato da coisa, e aí como nós tivemos essa escuta presencial com esses 600 professores, também nós trouxemos muitas ideias dos professores já pra dentro das escritas, tanto de eletivas como de Trilhas... agora, claro, para cada escola serão construídas Eletivas e Trilhas, primeiro conforme a escuta dos estudantes, da comunidade, essa necessidade dessa comunidade, o que essa comunidade sinaliza; segundo considerando a questão mesmo espacial da escola, porque nós precisamos considerar em quais espaços nós vamos desenvolver isso e trazendo a equipe docente pra cá pra essa construção, já levando em consideração esses pontos” (GE01, 2022 apud DRAGO;MOURA,2022,P.367).

Assim, conforme estabelecido no Referencial Curricular Amapaense, nos demais documentos orientadores e na orientação da SEED, as escolas de ensino médio do estado deveriam ofertar no mínimo dois itinerários formativos, únicos ou integrados, para que os/as estudantes tivessem possibilidade de escolha. Dependendo da organização da escola e dos itinerários definidos pela comunidade escolar, a matriz curricular a ser adotada pode apresentar diferentes desenhos, tendo como base a dinâmica Formação Geral – BNCC (1.800 horas) + Itinerários Formativos (1.200 horas). O próprio RCA reitera o modelo das Escolas do Novo Saber, por “ofertar uma arquitetura curricular com o princípio da flexibilidade” (GEA/SEED, 2021b. p. 24 APUD DRAGO; MOURA, 2022, P.370).

Dado o contexto entende-se que a Sociologia não sai do currículo do Ensino Médio amapaense, mas está diluída na Base Nacional Comum Curricular e nos Itinerários Formativos. Desta forma, as Ciências Sociais podem ser contempladas no referido currículo escolar por meio dos espaços a serem ocupados. Pois sabe-se que a Sociologia e consequentemente a Antropologia, enquanto Ciência Social, pode ganhar visibilidade dentro da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para valorizar o estudante, o docente e os conhecimentos socio antropológicos.



É nesta oportunidade que se insere a Eletiva Estudos Socioculturais idealizada pelo Professor de Sociologia juntamente com os demais professores das Ciências Humanas da Escola Estadual Prof.^a Sônia Henriques Barretos em Laranjal do Jari/AP. O objetivo desta eletiva oportunizar conhecer e valorizar a diversidade cultural da região do vale do Jari. Para tanto, o professor de Sociologia da referida escola realiza pesquisas socio antropológicas juntamente com os demais professores das ciências Humanas e com os alunos dos 1^a e 2^a anos do Ensino Médio e apresenta em Feiras e Congressos científicos.

Dentre estas pesquisas, se destaca estudo sobre a migração e cultura nordestina no vale do Jari-AP que teve como objetivo analisar e propiciar reflexões sobre a migração e cultura nordestina no vale do Jari-ap. Logo, esta abordagem sobre a Cultura Nordestina, ocorreu dentro de uma discussão teórica sob a perspectiva da noção de Cultura nas Ciências Sociais. A metodologia adotada está pautada na pesquisa bibliográfica, tendo como instrumento análise de referenciais teóricos de autores como: Antônio Candido (1998), Denys Cuche (1999), Clifford Geertz (1973) Castiglione (2009), Barros (2009), Gil (2007), Rayol (1992), Martins e Vanalle (1997) e Tolstoi (1983) Serricella 2016) e Martins (2008).

Como resultado do trabalho entendeu-se que a migração nordestina se deu por motivos de busca de empregos e melhores condições de vida, a qual, na maioria dos casos, não passou de ilusão e os nordestinos que não conseguiram se empregar na Empresa Jari Celulose engrossaram as massas de desabrigados e excluídos dos direitos de Cidadania, como moradia adequada, emprego, educação, etc. Assim, os mesmos, sem condições de voltarem para suas terras natais ficaram por ali mesmo e ajudaram a construir o Município que atualmente se chama Laranjal do Jari.

Outra pesquisa de abordagem bibliográfica e de campo teve como temática a diversidade religiosa, seguindo as seguintes perguntas de investigação: Quais e como são representadas as religiões em Laranjal do Jari? Quem são os líderes das religiões em Laranjal do Jari? Quais e como são os ritos das religiões estudadas? Logo, objetiva-se verificar o campo religioso e sua diversidade em Laranjal do Jari-AP proporcionando o respeito mútuo entre as expressões e denominações religiosas existentes neste Município.

Assim sendo, o lócus da pesquisa de campo foi contextualizado historicamente por compreender-se que sua história influenciou decisivamente nas mudanças que houve no campo cultural e religioso da sociedade laranjalense. Nesta perspectiva dialogou-se com um aporte teórico que possibilitou a compreensão da parte conceitual, histórica e



cultural dos aspectos investigados: Carlos (2009), Araújo (2002), Silva (2004), Reis e Carmo (2015), Oliveira e Bizzo (2011), Santos et al (2011) e Brasil (2000).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das pesquisas realizadas na Escola Estadual Prof.^a Sônia Henriques Barretos evidenciaram uma série de desafios socioeconômicos e educacionais enfrentados pelos alunos e pela comunidade local. O contexto de Laranjal do Jari é marcado por desemprego, precariedade nas condições de vida e falta de infraestrutura adequada nas escolas, o que reflete diretamente na qualidade da educação oferecida.

A pesquisa sobre a migração nordestina mostrou que a chegada de migrantes à região foi motivada pela busca de emprego nas indústrias locais, como a Jari Celulose, porém muitos não conseguiram inserção no mercado de trabalho e acabaram marginalizados. Esse processo contribuiu para a formação de uma comunidade que ainda hoje enfrenta dificuldades econômicas e sociais, mas que, ao mesmo tempo, preserva e valoriza suas raízes culturais. A cultura nordestina foi identificada como um elemento de resistência e identidade local, contribuindo para a formação cultural de Laranjal do Jari.

Já o estudo sobre a diversidade religiosa destacou a coexistência de várias denominações religiosas no município, sendo que o respeito e a convivência pacífica entre diferentes práticas religiosas foram apontados como fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva. No entanto, a falta de diálogo e compreensão entre algumas dessas religiões ainda gera tensões na comunidade, especialmente em relação a novas crenças que estão surgindo.

No que tange à violência homofóbica, a pesquisa revelou que esse fenômeno é amplamente presente na escola investigada, afetando tanto as relações interpessoais entre os estudantes quanto a dinâmica familiar. A violência homofóbica foi identificada como uma das principais barreiras ao desenvolvimento de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. Os relatos dos alunos, tanto vítimas quanto agressores, apontam para a necessidade de medidas mais efetivas para combater o preconceito e promover a aceitação da diversidade sexual. A pesquisa reforça a importância de práticas pedagógicas que abordem o tema da homofobia de maneira interseccional, considerando os múltiplos fatores sociais que influenciam a violência.

A discussão sobre o currículo amapaense, em especial no contexto das ciências humanas e da sociologia, evidenciou que a reforma do ensino médio, ao priorizar áreas



como português e matemática, deixou as ciências sociais em uma posição marginal. Apesar disso, a inserção de disciplinas eletivas, como os Estudos Socioculturais, foi vista como uma oportunidade para manter viva a discussão sobre temas como cultura, antropologia e sociologia. O Referencial Curricular Amapaense, ao propor uma flexibilização do currículo, permitiu que as escolas adaptassem suas ofertas de disciplinas às demandas locais, o que foi essencial para garantir que a sociologia continuasse presente, mesmo que de maneira integrada a outros campos do saber.

Atualmente, observa-se a carência de materiais didáticos voltados para a valorização da história e cultura locais no contexto educacional brasileiro. São poucas as cidades que contam com livros específicos destinados ao ensino da História Local, enquanto títulos sobre a história regional são mais acessíveis.

No caso do Amapá, destacam-se obras como *Amapá: vivendo nossa história* (2008 e 2011) e os títulos paradidáticos *História do Amapá: o passado é o espelho do presente* (2009 e 2011), que oferecem recursos valiosos para a análise e ensino da história regional. Incorporar tais materiais ao currículo escolar pode contribuir para um ensino mais contextualizado, permitindo aos alunos estabelecer conexões entre os conteúdos curriculares e suas próprias vivências, fortalecendo a identidade cultural e promovendo o reconhecimento das especificidades regionais no ambiente educacional (Nascimento e Noronha, 2018).

Em síntese, a pesquisa demonstrou que, apesar das dificuldades socioeconômicas e institucionais, a escola investigada conseguiu realizar importantes avanços em termos de pesquisa científica e formação cidadã. O trabalho com iniciação científica, feiras acadêmicas e congressos ofereceu aos alunos uma visão crítica e ampliada sobre a realidade em que vivem, possibilitando-lhes sonhar com um futuro mais promissor, mesmo diante de adversidades. A inserção da antropologia e da sociologia no currículo escolar contribuiu para o desenvolvimento de uma educação mais crítica, reflexiva e alinhada com as necessidades e expectativas da comunidade local.

A análise dos resultados obtidos por meio das práticas desenvolvidas na Escola Estadual Prof.^a Sônia Henriques Barretos revela a importância da Antropologia como ferramenta pedagógica crítica e emancipadora no contexto do ensino médio, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades sociais, como Laranjal do Jari/AP. As pesquisas sobre migração nordestina, diversidade religiosa e violência homofóbica possibilitaram aos estudantes refletirem sobre sua realidade social, ampliando suas compreensões culturais e promovendo o respeito à diversidade.



A eletiva “Estudos Socioculturais” permitiu que os alunos desenvolvessem uma visão crítica sobre temas invisibilizados na escola, dando voz aos sujeitos historicamente marginalizados. A abordagem dialogou com os apontamentos de Spivak (2010), ao reconhecer o subalterno como aquele excluído dos espaços de representação e poder. Nesse sentido, o projeto pedagógico proposto tornou-se um espaço de escuta, expressão e reconstrução identitária.

Ademais, a crítica de Oliveira (2013) à marginalização da Antropologia nos livros didáticos também se evidenciou na prática, visto que os conteúdos antropológicos só ganharam espaço efetivo por meio da iniciativa dos professores e da construção coletiva do currículo da eletiva. Isso reforça a tese de que a Antropologia precisa estar integrada ao currículo de forma mais estruturada, e não apenas como complemento esporádico ou residual.

Portanto, os resultados revelam que o lugar da Antropologia, como ciência crítica e formativa, está nos espaços escolares que valorizam a diversidade cultural, o diálogo e a escuta. No caso da maior favela fluvial do mundo, esse lugar se materializa por meio da experiência concreta dos subalternos, que passam a construir saberes a partir de suas próprias vivências, contrariando a lógica hegemônica e excludente do currículo tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Com base no arcabouço teórico, compreende-se que a inserção e a ausência das Ciências Sociais, por meio da Sociologia no currículo do Ensino Médio, seguem uma trajetória histórica marcada por avanços e retrocessos. Consequentemente, a presença da Antropologia nesta modalidade de ensino na educação básica fica relegada às aulas de Sociologia, uma vez que seu espaço nos livros didáticos – principal recurso pedagógico – é restrito ao debate sobre a cultura.

Diante disso, torna-se necessário trazer o debate antropológico para o Ensino Médio. Contudo, essa iniciativa exige a criação de um espaço teórico-metodológico e didático capaz de ampliar os horizontes dos alunos, ajudando-os a romper com visões estereotipadas e etnocêntricas, isto é, afastando-se de uma percepção naturalizada de suas realidades. A partir da perspectiva cultural das Ciências Sociais, é possível refletir sobre os diversos caminhos que moldam as relações sociais dos grupos humanos.

Com a Reforma do Ensino Médio e as diretrizes da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), a presença e a manutenção das Ciências Sociais, por meio da Sociologia e, possivelmente, da Antropologia, dependem dos debates e decisões nas Secretarias Estaduais de Educação. Assim, cabe aos profissionais e militantes da área pensar em estratégias para mitigar os efeitos negativos dessa reforma.

Na Escola Estadual Profª Sônia Henriques Barretos, os conteúdos e metodologias da Antropologia são trabalhados na Eletiva de Estudos Socioculturais de forma interdisciplinar. Isso proporciona aos estudantes a oportunidade de construir visões de mundo mais autônomas, rompendo com estereótipos e as diversas formas de etnocentrismo enraizadas no imaginário social. Portanto, o lugar da Antropologia está aqui, entre os subalternos da maior favela fluvial do mundo.

REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. **As Ciências Sociais no currículo do Ensino Médio brasileiro**. *Revista Espaço do Currículo (online)*, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 219-234, maio/ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 2017.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais: Tradução de Viviane Ribeiro**. Bauru: EDVSC, 1999.



DRAGO, Crislaine Cassiano; MOURA, Dante Henrique. **Implantação do Novo Ensino Médio no Amapá**. *Revista: Tratos da Escola*, Brasília, v. 16, n. 35, p. 357-376, mai/ago. 2022.

FERREIRA, W.; SANTANA, D. C. **A reforma do ensino médio e o ensino de Sociologia**. *Revista Perspectiva Sociológica*, n. 21, p. 41-53, jan./jun. 2018.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

MORAES, Amaury César. **Licenciatura em Ciências Sociais e Ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato**. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 15, n. 1, São Paulo, 2003.

NASCIMENTO, Marília Pantoja do; NORONHA, Andrius Estevam. **A “maior favela fluvial do mundo” nos materiais didáticos de História do Amapá: o ensino da história local do Município Laranjal do Jari (Amazônia Brasileira)**. *Fronteiras & Debates*, Macapá, v.5. n 1. 2018.

OLIVEIRA, Amurabi. **A Antropologia no Ensino Médio: uma análise a partir dos livros didáticos**. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 28, n. 2, p. 1-23, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/indesc.php/CAD>. Acesso em: 19 de setembro de 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais).

ROCHA, Everaldo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SANTOS, S. C. M. dos. **A dualidade na educação brasileira a partir da contrarreforma do ensino médio de 2016/2017**. 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Recife, 2021.

SILVA, K. N. P. **Novo ensino médio no contexto das contrarreformas**. *Revista Lex Cult*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 131-141, jan./abr. 2022.

SIMÕES, Julio Assis; GIUMBELLI, Emerson. **Cultura e alteridade**. In: MORAES, Amaury C. (org.). *Coleção Explorando o Ensino*. Brasília: MEC, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

